

outubro 1998
ano 3
edição meses letivos

O novo no velho Revitalização de áreas degradadas nas cidades

Abilio Guerra

oculum@uninet.com.br

Boletim Óculum é um informativo de assuntos gerais da Revista Óculum e é publicado pelo Centro de Apoio Didático - CAD - da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Opiniões manifestas em matérias assinadas não são necessariamente corroboradas pela editoria ou pela direção da escola.

Editor responsável
Abilio Guerra

Correspondentes
Affonso Orciuolo *Espanha*
Cristina Mehrtens *EUA*
Eduardo Aquino *Canadá*
Marcos Tognon *Itália*
M^{re} Pilar P Piñeyro *Uruguai*
Olivia de Oliveira *Suíça*
Paul Meurs *Holanda*
Paulo Dizicoli *França*
Pedro Moreira *Alemanha*
Ramón Gutierrez *Argentina*
Vitorio Corinaldi *Israel*

Monitores
André Kaplan
Daniel Carnelossi
Flávio Arancibia Coddou
Flávio Laurini
Priscila Vieira Davini
Tatiana Alarcon

FAU PUC-Campinas
Diretor
Wilson Ribeiro dos Santos Jr
Vice-diretor
Irineu Doeta
Coordenador de curso
Ricardo Marques de Azevedo

Centro de Apoio Didático
Rod D Pedro I - Km 136
Campus I - CEP 13089-500
Campinas SP Brasil
fone 55 019 754.7156
fax 55 019 255.6376
fau@acad.puccamp.br

Revista Óculum
Alameda Campinas 51
01404-000 São Paulo SP
fone-fax 011 2888950
oculum@uninet.com.br

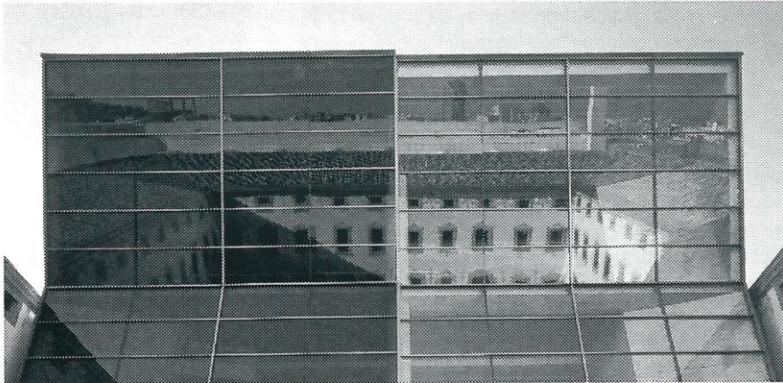
Página Web na Internet
www.puccamp.br/~fau/

Apoio cultural
Apple do Brasil
Daigital Kodak



DAIDIGITAL

IMPRESSO



Centro de Cultura Contemporânea de Barcelona, antiga Casa de Caridade, Viaplana e Piñon. Foto Lourdes Jansana

A revitalização de áreas degradadas tornou-se um dos temas mais importantes da arquitetura nesta segunda metade de século. O ideário moderno da construção sem fim de novas cidades fracassou com o final da 2ª guerra, quando as ruínas das grandes cidades demonstraram o quanto aquele passado tido como incômodo poderia simplesmente desaparecer. O discurso mudou radicalmente, mesmo entre os proletores do moderno. Agora a cidade construída, com história e tradição sedimentadas, passou a ser vista como o lugar do cidadão, do habitante, do morador. Já não era mais ruim em si, despreparada de maneira irreconhecível para os novos tempos que se avizinhava.

Ao lado desta consciência do valor do passado, outro paradigma fundamental deste século se introduziu no seio das discussões arquitetônicas e urbanísticas: a *visão ecológica*. As preocupações com o meio ambiente trouxe consigo a certeza do esgotamento dos recursos naturais, dos limites da exploração das energias renováveis e da insanidade que significa tratar o meio ambiente construído como um cenário de transformações radicais e infinitas. Tanto a consciência da importância simbólica das construções passadas como da necessidade de usufruí-las de maneira mais racional por se tratarem de frutos do labor coletivo, tornou a arquitetura e o urbanismo mais dóceis com a valha carcaça da

cidade histórica. Ela poderia muito bem ser adaptada aos novos usos, às novas necessidades humanas, às novas demandas coletivas. Era o fim definitivo do mito de que a "forma segue a função". Agora, os velhos edifícios - lembrança de hábitos, costumes, vivências - deveriam tornar-se suportes da existência contemporânea. Este casamento de necessidades espirituais e econômicas já teve uma prole significativa e hoje são inumeráveis os esforços no mundo inteiro pela recuperação de áreas degradadas das cidades.

Novo número da Óculum

A Óculum vem preparando há dois anos um dossiê sobre o assunto, pesquisando diversas estratégias de enfrentamento do problema nos mais diversos países. Este material - que constituirá o próximo número da revista Óculum - vem sendo apresentado aos nossos leitores nos últimos meses através de artigos condensados no Boletim Óculum. Foi uma maneira de prepararmos o terreno da discussão, uma vez que os artigos que serão publicados não tratarão apenas de projetos consagrados; antes de tudo, estarão preocupados em apresentar o histórico urbano da área em questão, as concepções e conceitos estruturadores da ação renovadora, e os mecanismos institucionais de financiamento e gerenciamento.

Esse dossiê deveria ser lançado no V Seminário de história da cidade e do urbanismo (14-16 outubro), mas a atual crise financeira acabou por atrasar a edição.

Artigos da próxima Óculum

Este boletim traz alguns resumos de artigos que estarão presentes no próximo número da Óculum: *Reabilitar nossas cidades*, de Vladimir Bartalini; *A revitalização da área central de São Paulo*, de Regina Prosser Meyer; *O desafio da requalificação*, de Riccardo Ghio; *Remodelar*, de Roland Castro; e *Um desafio urbano, um desafio social*, de Francis Rathier. Diversos outros artigos sintéticos foram publicados em números anteriores do Boletim Óculum: *Rio-cidade: reabilitação da cidade do Rio de Janeiro*, Vicente del Rio [bó22]; *Revitalização do Bairro do Retiro em Buenos Aires*, Diego Wisnivesky [bó22]; *Recuperação da cidade velha de Montevideo*, Maria del Pilar Perez Piñeyro [bó23]; *Recuperação da Bahia de Montevideo*, Hugo Gilmet; *A recuperação da imagem urbana*, Massimo Carmassi [bó23]; *O habitável*, Jean-Paul Dollé [bó20]; *A industrialização do pós-guerra no leste europeu*, Pedro Moreira [bó22]; *IBA Emscherpark: uma exibição invisível*, Paul Meurs [bó18]; *O bairro do Raval de Barcelona*, Affonso Orciuoli [bó16]; *Habituação coletiva em centro histórico de Sevilha*, Fernando Carrascal [bó22]; *Projeto de renovação do Aeroporto Nacional de Washington DF*, Cristina Mehrtens [bó19]; *Imagens olfativas: algumas notas sobre o trabalho de Maxe Fisher*, Eduardo Aquino [bó18]. Ainda sem resumos no Boletim, a próxima Óculum contará com os seguintes artigos: *Às margens do rio. Revitalização do Puerto Madero em Buenos Aires*, Graciela Silvestri; *Recuperação da Bahia de Montevideo*, Hugo Gilmet; *Problemas, manobras e estratégias modernas para os centros antigos italianos*, Mario Lupano; e *Projeto pedagógico do TGI da FAU PUC-Campinas*, Luís Espallargas Gimenez

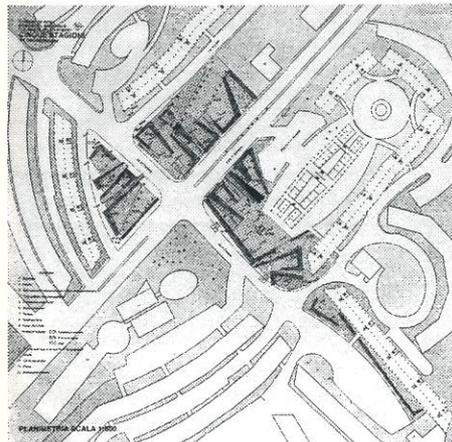
Boletim Óculum na Internet

Todos os artigos já publicados pelo Boletim Óculum podem ser consultados em nosso website www.puccamp~fau.

CAMPINAS
PUC-CAMPINAS

Centopiazze per Roma: o desafio da requalificação

Riccardo Ghio, Itália



"Cinco estações", praça para o bairro de Decima, Aldo Aymonino

Roma promoveu nestes últimos anos um amplo programa de requalificação urbana, voltado à tutela das grandes áreas livres que ainda possui, recuperando as periferias, valorizando o seu patrimônio histórico-arqueológico, reestruturando e ampliando a rede de transporte público sobre trilhos.

Enquanto os novos programas urbanísticos – indispensáveis para operar em um quadro maior de certeza, após muitos anos de crescimento desordenado da cidade e tantas vezes ilegal – foram definidos e aprovados, a Administração Municipal empenhou-se em uma ação difusa de requalificação e manutenção urbana que foi iniciada pelos Departamentos Ambiental, Obras Públicas, Tráfego e Território e, através do novo programa *Centopiazze per Roma* (Cem praças para Roma) promovido diretamente pelo Prefeito.

De fato, o projeto do espaço público e, em geral, a questão da requalificação dos espaços abertos da cidade já são, há um bom tempo, objetos de interesse e de atuação por parte de muitas administrações européias. Desviando-se de um modo dominante mas equivocado de projetar espaços públicos, aquele na qual temos somente a dotação de um novo mobiliário urbano – e que se demonstrou muitas vezes um componente posterior na degradação e não na requalificação urbana – a atenção da cultura arquitetônica se voltou para uma atividade projetual mais atenta dos lugares, procurando elementos de coerência com a paisagem circunstante e com a parte da cidade na qual se intervém.

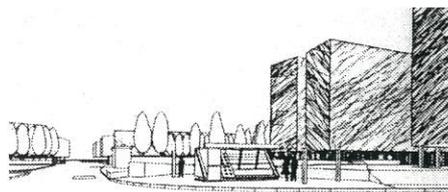
Em um recente debate sobre o tema da requalificação dos espaços abertos, Guido Canella, recordando o novo *Auditorium* de Roma, questionava sobre o papel e a utilidade de uma arquitetura que, condicionada pelas exigências da mídia, se conotava fortemente para a espetaculosidade e a especificidade dos lugares, isso em relação a uma arquitetura mais difundida no território e na cidade, e menos engajada em termos comunicativos. "Se trata frequentemente – sublinhava Canella – de grandes projetos úteis à organização do consenso e à imagem da cidade, mas não são sufici-

entes para restituir à arquitetura aquele papel central em relação à sociedade, capaz de romper uma barreira que, ao contrário, isola essa mesma arquitetura".

Justamente para evitar esse risco, a Administração Municipal de Roma procurou atuar paralelamente em vários *fronts*: iniciou algumas grandes obras, inegavelmente necessárias e que já eram esperadas há muito tempo, e promoveu uma ação difundida de requalificação urbana, onde a arquitetura não deve enfrentar os "não lugares" mas, sim, lugares específicos, nas quais já se encontram certos estratos urbanos assentados, e sob um programa que pode ser amplamente discutido, junto aos cidadãos, até um possível consenso.

O programa "Centopiazze" nasceu também para esse objetivo, contribuindo justamente para recriar – mesmo se com um objetivo limitado – uma agregação de interesses, uma maior possibilidade de enraizamento nos próprios lugares implementados, reclamando um novo interesse pelo espaço coletivo que, hoje, parece completamente perdido. Conceber um programa de requalificação urbana para uma cidade como Roma requer, antes de tudo, um conhecimento das diversidades dos lugares: as várias partes urbanas, às vezes densas, outras mais rarefeitas, aquelas centrais e outras periféricas, não permitem imaginar um programa unitário; é viável, e assim foi feito, procurar regras e critérios básicos mas, também, é necessário afrontar os lugares que requerem intervenções sabendo, particularmente, interpretá-los. Em alguns casos, por exemplo na cidade histórica, se trata de uma intervenção que respeita esses mesmos lugares, avaliando as sedimentações e as estratificações da história; em outros casos, nas várias e diversas periferias, se trata de redescobrir e valorizar os melhores componentes encontrados, componentes às vezes paisagísticos (a praça/parque de Fidene), outras vezes uma edificação antiga – por exemplo um aqueduto (largo Pettazzoni al Quadraro) – outras vezes ainda uma certa qualidade esquecida de uma arquitetura menor, sóbria mas coerente (Piazza Piaggio no Villaggio Breda). A cidade consolidada, por sua vez, oferece também cenários muito diversos: grandes praças de periferia circundadas por fachadas edilícias compactas e de baixa qualidade (Piazza Balsamo Crivelli no Tiburtino, ou o Viale Vicopisano na Magliana), mas também lugares de grande qualidade arquitetônica (Piazza Sauli na Garbatella ou a Piazza del Quatticciolo no bairro homônimo).

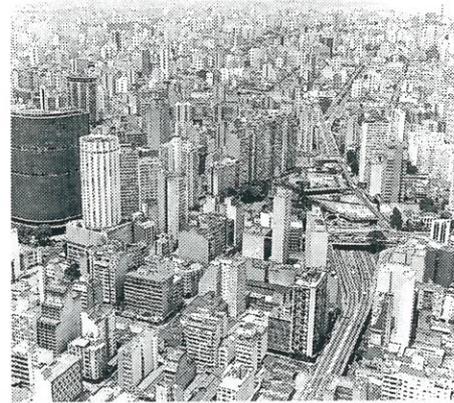
Riccardo Ghio é coordenador dos projetos do Ufficio Centopiazze, Prefeitura de Roma. Tradução de Marcos Tognon



Intervenção pública e espaço público no centro de São Paulo

Regina Prosperi Meyer

rmpmeyer@that.com.br



"Minhocão" e Praça Roosevelt. Foto Nelson Kon / Viva o Centro

A incorporação dos elementos urbanos exigidos pelo processo de metropolização de São Paulo iniciou-se de forma decisiva na estrutura física e funcional do Centro, produzindo marcas profundas nos seus espaços públicos.

A conjugação das obras do trecho da via expressa sobre a Av São João (Elevado Costa e Silva, popular *Minhocão*), com a inauguração da nova Praça Roosevelt, marcam o primeiro grande ataque aos espaços públicos do Centro tendo como premissa, ou justificativa, as graves questões de circulação viária. A via elevada ligando a r. Amaral Gurgel ao Largo Padre Péricles (inauguração 1971) criou um novo estatuto urbano para a Av. São João.

A Praça Roosevelt (inauguração 1970) tornou-se um símbolo da ação do poder público sobre os espaços públicos da área central. A antiga praça de terra batida é substituída por uma edificação cuja qualidade urbana foi imediatamente contestada. A escala do projeto interferiu na estrutura da região, criando paredões onde existiam vistas. Paradoxalmente, mesmo reconhecendo que ali existia um imenso e inadequado estacionamento ao céu aberto, é impossível não reconhecer o caráter destrutivo da iniciativa. A tentativa de dotar uma megaestrutura de 30.000 m² de qualidades urbanas, quando sua função essencial era encobrir as pistas subterrâneas e garantir o livre fluxo dos veículos que atravessam o Centro, sem nenhum contato direto com a sua estrutura viária, levou os arquitetos responsáveis pelo projeto urbano a buscar uma densidade de uso e de funções capaz de criar um "autêntico trecho de cidade".

Mas a falsa complexidade espacial e programática criou espaços que não revelam suas funções. A indistinção, tanto nos acessos externos quanto nos espaços internos, entre uma garagem, uma creche ou uma biblioteca, tornou-se uma barreira, um impedimento para uma posterior assimilação pelo usuário e pela cidade. A dificuldade de "ler" o seu opaco e misterioso interior, assim como a impossibilidade de criar qualquer tipo de continuidade entre a nova construção e o tecido urbano existente, estabeleceram entre a praça e o Centro relações de *coexistência*, no sentido empregado por Rem Koolhaas ao descrever as propriedades das

O que entendemos por remodelar a cidade

Roland Castro



Remodelagem em Lorient, arq Roland Castro. Fotos Nicolas Borel

Todo o trabalho que levamos a cabo por sete anos no Cais de Rohan em Lorient foi a ocasião de colocar em prática uma nova maneira de produzir a cidade: a *remodelagem*. Partindo de edifícios existentes, de uma história urbana em curso, de um tecido urbano já constituído, praticamos o que pode-se entender pelo termo evocativo de *judô urbano*: a mudança radical de uma situação urbana, sem recorrer à tabula rasa.

Muito além de um procedimento tradicional de reabilitação, *remodelar* significa uma aproximação rigorosa e sistemática do existente; a vontade de reintegrar os bairros em uma urbanidade mais vasta; um desenho urbano que retoma os grandes temas, esquecidos no tempo, da rua, da praça, da sombra, do recanto; um engajamento social decidido, caso por caso se for necessário.

A herança que nos legou o período moderno com as edificações privadas de qualquer urbanidade, nos impõe a busca de um quadro administrativo, legal e financeiro reproduzível, com o propósito estrito de que a remodelagem do Cais de Rohan não se torne uma operação de exceção, mas sim o primeiro capítulo de uma nova técnica urbana que integra simultaneamente uma compreensão da história urbana, do passado dos lugares, de suas experiências adquiridas, e o desenho (designio) de uma nova urbanidade para todos.

Exemplo realizado: Cais de Rohan em Lorient

Originalmente 2 barras de 80 m de comprimento e uma terceira barra com 160 m. Todas com 10 m de largura e uma dezena de andares. Construídas no início dos anos 60, elas fizeram do bairro de Lorient uma zona de exclusão social e urbana que, com 40% de desemprego na população ativa, parecia definitivamente condenado.

O ponto de partida: não demolir o existente para em seguida construir novas edificações, não se contentar com uma reabilitação superficial, uma espécie de lavagem de luxo das fachadas. O interesse é portanto de partir dessas barras monolíticas, de seus defeitos e problemas. A personalidade dessas edificações é tal que se faz necessário reintegrar as fraquezas para conseguir redesenhar novamente um lugar.

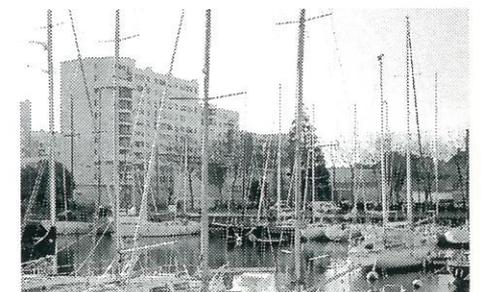
Aqui intervém um elemento essencial dessa operação, a ação onipresente da rádio DSQ¹, que ocupa um escritório no canteiro e emprega habitantes do Cais de Rohan. Além de reunir arquitetos, empreiteira e todos que os participantes do projeto, ela instaura um diálogo sistemático com a população, atuando como intermediária entre os diferentes protagonistas, assegurando assim a mais completa compreensão do projeto.

Durante a realização da obra alguns moradores foram transferidos para alojamentos-hotel por um breve período. Todas essas idas e vindas e a amplitude da remodelagem urbana constituem um incômodo para todos. E mesmo que tudo tenha sido bem conduzido, evitando ao máximo os inconvenientes de um grande canteiro de obras, foi importante que a comunicação entre os locatários e o conjunto dos intervenientes tenha sido facilitada ao máximo. Nesse sentido a rádio DSQ, além de desenvolver uma série de outras ações relativas a esse bairro, preencheu com bastante desenvoltura seu papel de intermediária e de esclarecedora durante a elaboração e a construção do novo Cais de Rohan.

Remodelar, demolir, construir, desenhar; fazer desse trecho urbano um lugar, um bairro da cidade. Retirar completamente uma das caixas de escada da maior das barras, abrindo assim uma grande avenida para o mar, reencontrando o traçado da cidade em seu entorno imediato. Criar ruas com pequenos edifícios de 4 andares entre as lâminas, transformando os grandes espaços vazios não qualificados em praças. Romper com a monotonia, trabalhar com a linha do céu e a relação com as construções vizinhas. Enternecer e suavizar. Reintroduzir esse lugar na cidade, requalificá-lo, reconstruir a cidade. E sempre respeitando a identidade social do lugar, acrescentando alojamento para estudantes, um edifício adaptado às pessoas necessitadas de assistência, aberto à vida, à mistura, à mestiçagem e às trocas.

¹ DSQ (Développement Social des Quartiers - desenvolvimento social dos bairros). Sistema criado nos anos 80 com a intenção de estabelecer um diálogo sistemático com a população a partir de rádios instaladas nos locais de intervenção, para clarificar as intenções dos projetos em curso e para melhor compreender as necessidades desta mesma população.

Roland Castro é arquiteto e professor de Arquitetura na École d'Architecture de Paris la Villette. Foi nomeado pelo Primeiro Ministro para o "Banlieues 89" e delegado na Renovação das Banlieues no "Plan du Grand Paris". Foi arquiteto coordenador do "Grande Eixo" em Paris-la-Défense



edificações nas quais o tamanho (conceito de *bigness*) é um dado fundamental. ¹Embora o termo coexistência sugira algum tipo de acordo, é bom não ter ilusões: as atuais condições da Praça Roosevelt não demonstram nenhum tipo de aproximação entre o contexto urbano onde foi instalada e o seu interior. A paradoxal possibilidade de um projeto exacerbar a precariedade ao invés de induzir ou promover a reparação dos problemas urbanos ficou ali patente. A nova praça criou um tremendo resíduo urbano cujo poder de erosão continua negativamente vivo e ativo no Centro. O segundo golpe, dentro de princípios semelhantes aos que conduziram à intervenção da Praça Roosevelt, veio logo a seguir com o plano de ampliação da Praça da Sé, aprovado em 1973 e realizado a partir de 74. A implantação da estação Sé ligada à primeira linha do metrô paulistano impôs a demolição dos imóveis da vertente leste da praça, junto às ruas Felipe de Oliveira e Santa Teresa. As duas justificativas apresentadas para o porte das intervenções foram a necessidade de espaço subterrâneo que a maior estação metroviária do Centro exigiria e o volume de pedestres que a área receberia após 1978, com a sua inauguração. Pelo projeto executado entre 1974-78, as praças da Sé e Clóvis Beviláqua passam a compor um espaço contínuo, sem, no entanto, chegar em momento algum à condição de espaço integrado. A Catedral da Sé e o Palácio de Justiça perdem seus espaços específicos, seus suportes urbanos, o que lhes retira também a capacidade de funcionarem como "marcos delimitadores", passando a disputar "ombro a ombro" o espaço duplicado e transbordante. Implodiu-se com as edificações a própria essência espacial e funcional das duas praças. O novo espaço, o espaço resultante, engoliu as duas praças criando um território fluido e indefinido em todos os níveis. Apesar de posteriormente agregar-se a forte presença da estação Sé do metrô, o ferimento não chegou a ser cicatrizado e nem tampouco a estancar o excesso de espaço criado pela acumulação das duas praças.

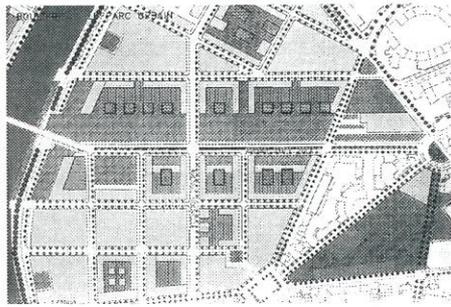
O vazio criado não chegou a ganhar o poder evocativo do *terrain vague* de que fala Ignasi de Solà-Morales. ²Aqui o vazio criado pela ausência das edificações não pôde alcançar a dimensão positiva de uma *promessa*, de espaço expectante, pronto a receber um projeto e um novo uso. O vazio criado na Sé é pura indeterminação. As inúmeras tentativas de recompô-la através de intervenções no seu interior resultaram nulas. Diante da impossibilidade de reconstituir o tecido urbano implodido, as fontes, as esculturas e os patamares cuidadosamente desenhados e distribuídos estrategicamente não cumprem nenhuma função articuladora. Acabam por assumir o papel de adereços onde a arte parece querer substituir e compensar a própria vida urbana que dali se ausentou.

¹ Koolhaas Rem S,M,L,XL Rotterdam 1995 p 504

² Ignasi Solà-Morales "Terrain Vague" in *Quaderns* nº 212 Barcelona 1996

Reabilitar os grands ensembles

Francis Rathier



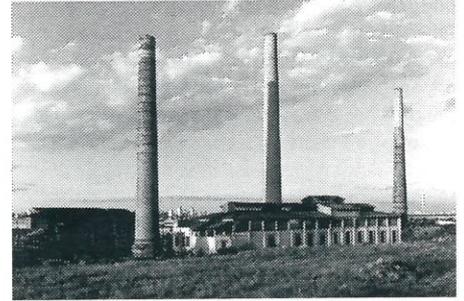
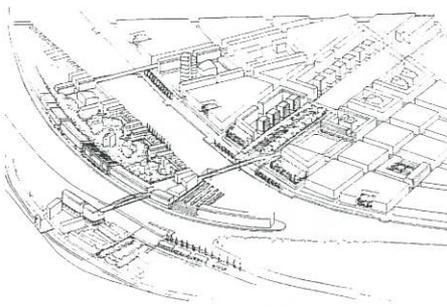
Renovação da ilha Segan, Paris. Arq J-P Buffi e J-P Le Dantec

Tendo como pano de fundo o empobrecimento, as manifestações de violência exprimindo a revolta dos jovens das periferias (na qual os rachas de automóveis constituem a expressão mais típica da época) e de constatação que somente a manutenção não bastaria, que os anos 80 vêm serem postas em prática os procedimentos da DSQ.¹ De modo limitado, porém com uma grande extensão, cobrindo uma grande parte dos bairros de habitação social, esses novos procedimentos se inserem na continuação das ações iniciadas anteriormente, trazendo porém mudanças notáveis. Eles colocam desta vez o acento na trilogia urbano-social-economia. Eles buscam sua articulação com a criação desses bairros de uma dinâmica social favorável à integração de uma população empobrecida, e suscetível de produzir o retorno da classe média que tinha desaparecido.

Contrariamente aos anos 70, trata-se de um método mais centrado sobre a adaptação do funcionamento dos equipamentos existentes do que sobre a produção de equipamentos. Essa adaptação surge a partir da consideração das características de uma população mais propensa à solicitação dos serviços sociais do que à boa vontade cultural da classe média dos anos 70. Os procedimentos tendem a ser transversais, abordando os problemas de saúde, de educação e de economia, aparecendo este último tema a partir de uma crise que perdura e afeta particularmente as populações residentes nesses bairros. O empobrecimento e a temática da integração orientam na busca de abordagens que favoreçam a conquista da gestão cotidiana dos bairros pelos próprios habitantes.

O trabalho de animação da vida social é a ocasião de constituir um trabalho de parceria associando principalmente o organismo HLM² e a Prefeitura, mas também outros parceiros do trabalho social. Em certos casos, isso permite a renovação da abordagem social desses bairros.

A abordagem espacial continua ainda, apesar das intenções iniciais de arquitetura e urbanismo, fortemente restrita a uma abordagem muito técnica, ou mesmo decorativa, como sublinha a avaliação nacional da reabilitação realizada em 1993. "As intervenções sobre as fachadas resultaram mais de uma concepção decorativa e plástica do que de uma concepção arquitetônica que estabelece conexão entre funcionamento do edifício e seu aspecto externo (...). As intervenções decorativas



Ruínas em São Paulo, foto Nelson Kon / ArteCidade

contribuíram mais com a impoção do que com a integração na cidade."³

Certas iniciativas, durante os anos 80, emergem de procedimentos que abordam reabilitações de *grands ensembles*⁴ sob o ângulo arquitetônico e urbano. Desde essa época, certas posições se confrontam sobre o tratamento dos espaços externos freqüentemente deserdados por falta de meios ou em razão de uma difícil articulação entre as lógicas dos organismos HLM e das coletividades locais. E são apenas alguns – como o grupo Arcane, entre outros – que compreenderam o embate do tratamento arquitetônico e urbano ou sustentaram iniciativas que se direcionavam nesse sentido, como é o caso da Missão Banlieue 89 (tendo à sua frente Roland Castro e Cantal Duparc). Atuaram com tenacidade, mas nem sempre com sucesso, durante aquele período.

Essa tomada em consideração se revela na verdade muito mais promissora do que o previsto e encontra um desenvolvimento mais significativo no fim dos 80 e no começo dos 90. Nesse momento, de fato, a questão dos *grands ensembles* não é mais simplesmente abordada em termos de reabilitação, mas em termos de reestruturação urbana com as suas conseqüências em termos de "reformulação" indissociavelmente arquitetônica e urbana.

Os Grandes Projetos Urbanos (GPU) traduzem, sem serem os únicos, a tomada de consciência da aposta que representa, de certo modo a refundação desses espaços legados pelas visões de um urbanismo de zoneamento. Depois de todos esses anos, trata-se de ultrapassar a simples abordagem técnica de normatização das habitações, de decoração de fachadas, de tratamento da vizinhança dos edifícios, e mesmo a demolição, para começar a tratar os *grands ensembles* em sua globalidade, sua dimensão arquitetônica e urbana na escala do bairro ou na escala da cidade. Enfim, trata-se de criar a perspectiva de uma verdadeira reestruturação urbana.

1 Desenvolvimento Social dos Bairros

2 HLM *Habitation à Loyer Modéré*, habitação a aluguel moderado

3 Comité Interministériel de l'Évaluation des Politiques Publiques,

"La réhabilitation de l'habitat social: rapport d'évaluation", La Documentation Française" Paris 1993

4 *Grands ensembles*, grandes conjuntos habitacionais

Francis Rathier é sociólogo e funcionário do Governo Francês, especialista em programas de renovação de habitações coletivas construídas no Pós-Guerra na França

Reabilitar nossas cidades

Vladimir Bartalini

vladbart@mandic.com.br

Reabilitar: voltar a ser hábil, capaz. Verbo transitivo... Voltar a ser capaz de que? Falar em reabilitar as cidades implica admitir que elas deixaram de estar preparadas para alguma coisa, que houve desvio de alguma finalidade. Seria mais adequado, talvez, falar em finalidades, uma vez que a história e a geografia registram diversos tipos de cidades, servindo a diferentes fins no decorrer do tempo e inscrevendo diferentes formas no espaço.

No entanto, considerando que na próxima virada de século prevê-se que 60% da população mundial estará vivendo em cidades (contra 10% no início do século 20), é possível afirmar que a finalidade da cidade, genericamente falando, coincide com a própria finalidade da história humana. É claro que sob esta generalização jazem visões conflitantes da história e da cidade. Houve teóricos que chegaram a supor que a finalidade da história, o seu enredo, seria o desenvolvimento da razão. Não de uma razão natural, e sim intrinsecamente humana, que se realizaria no Estado racional, que produziria a síntese conciliatória entre o indivíduo e a realidade social. Neste caso, se o cenário da história é um mundo urbanizado, a cidade racional seria o espaço do ser humano plenamente realizado. Outros teóricos sustentaram que o desenrolar da história não se daria pela busca de uma razão abstrata, ou de qualquer outro "fantasma metafísico", mas por uma ação puramente material, "evidenciada no próprio ato de comer, beber ou vestir-se". E cada indivíduo obterá o que comer, o que beber e com que vestir-se, com o suor do seu rosto e às custas do divórcio entre o que produz e do que se apropria. Mas estes teóricos prometeram uma redenção final quando, graças ao progresso das forças produtivas, chegaria o "reino da liberdade". Como seriam as cidades desse reino, ou antes, haveria cidades nesse reino? Em caso negativo resta-nos aguardar a consumação da História sobre as ruínas do que já foram as cidades. Em caso positivo, teremos que cruzar este vale de lágrimas antes de chegarmos à cidade dos homens, das mulheres, dos velhos e das crianças livres. Abre-se aqui o espaço para a utopia. Não a de uma cidade ideal e estática, modelo acabado, mas a de uma cidade rica de possibilidades e de realizações, cheia de imprevistos mesmo, como em um jogo, mas direcionada por uma vontade moral, que se reconheça como humana, e não entregue a forças cegas, sejam elas naturais ou do mercado.